

# Estados Unidos, gastos militares e eleições: necessidade de uma nova doutrina para a condução política na próxima década

*United States, military spending and elections: need of a new doctrine to conduct policy in the next decade.*

JOSÉ RIBEIRO MACHADO NETO\*

Meridiano 47 n. 101, dez. 2008 [p. 42 a 44]

Há tempos, desde a Guerra de Secessão (1861-1865), que os republicanos norte-americanos acusam seus rivais democratas de serem gastadores e comprometidos com a elevação de impostos. Mas, o que o governo Bush tem feito, ultimamente, não foi nada mais do que aumentar as despesas com as guerras do Afeganistão e do Iraque, além de múltiplas investidas mal sucedidas contra o terrorismo internacional?

A responsabilidade pela recente e notória ascensão dos gastos bélicos dos EUA tem sido de maneira inquestionável imposta à governabilidade republicana, cuja contrapartida para o Ocidente seria a eliminação do terrorismo e a regularidade do preço do petróleo. Estas ocorrências, por sua vez, estão sendo contrabalançadas pelo apoio à dinâmica externa e à imagem norte-americana – ambas atualmente em baixa no globo-principalmente no universo das economias emergentes, caracterizadas pelo baixo nível de investimentos em fontes energéticas alternativas e pela presença constante de desequilíbrios de suas balanças comerciais. Este quadro exige por seu turno, cada vez mais, novos fluxos de capitais compensatórios do sistema financeiro norte-americano, particularmente, do FMI.

A manutenção do preço do petróleo abaixo de US\$ 100,00 tem sido considerada uma das mais importantes âncoras das economias capitalistas. Seus defensores, uma considerável maioria que, além de receberem com ênfase e sob diferentes formas o apoio

das democracias ocidentais, vêem na regularidade do preço do óleo negro uma séria oportunidade para a sustentabilidade do livre comércio com os países do Oriente Médio. Da mesma forma, consideram-na o caminho para um maior entendimento entre suas governabilidades, até então estremecidas desde a I Guerra do Golfo em 1990, cujo desfecho incompleto e diplomaticamente absurdo tornar-se-ia responsável por um segundo tempo que, segundo McCain, ex-candidato republicando, deve se prolongar até os idos de 2013.

Entre 2005 e 2006 os gastos militares gerenciados pelos republicanos da era Bush alcançaram cifras superiores a US\$ 500 bilhões, equivalentes a 4% do PIB norte-americano e a 44,1% do total dos gastos militares planetários, estimados anualmente em US\$ 1,2 trilhão. A atual tendência é que esses parâmetros se tornem ascendentes, pois há tempos que a incapacidade norte-americana de por um fim – pelo menos relativamente vantajoso – às guerras do Afeganistão e do Iraque se apresenta bem visível, com sérias conseqüências para a imagem dos EUA, já questionável como a maior potência bélica do globo.

A expansão dos gastos públicos em momentos de crise não deixa de ser considerada uma tendência keynesiana e sempre bem aceita no seio republicano, apesar de criticada nas legiões democratas independentes. Esta tem seguido um curso sem interrupções, principalmente quando destinada aos setores bélicos e de infra-estrutura, havendo

\* Doutor em História das Relações Internacionais e professor de Formação Política e Econômica da América Latina e do Brasil; professor voluntário do curso de Relações Internacionais e pesquisador colaborador do Centro Integrado de Ordenamento Territorial – CIORD da Universidade de Brasília – UnB (machadoneto@br.inter.net).

notoriamente e com clarividência a hegemonia industrial bélica. De maneira simples, sempre se observa que seus impactos, ainda que mediatos, não são fortes aceleradores de outras atividades estratégicas no contexto industrial, como é o caso da indústria automobilística. Entretanto, tornam-se responsáveis por algumas mutações no nível de emprego, na carga fiscal, na previdência social e nas indústrias de transformação e da construção civil que, à exceção da automobilística, apresentam-se, pois como modestos auxiliares no crescimento do PIB norte-americano.

Ainda observa-se que o próprio posicionamento dos EUA como grande potência, econômica e militar inserida na bipolaridade mundial manteve-se em evidência com o recrudescimento da Guerra Fria. A partir dos anos 1960 os EUA passariam a exigir um *moto bélico perpétuo*. Além de garantidor, promissor do ordenamento ocidental. Diplomáticamente direcionado em parte para a América Latina como uma salvaguarda dos regimes de exceção. Ideologicamente, pareceu mais do que justificável perante o mundo e seus mentores não mediar as forças em novembro de 1963, quando da troca de mando em Washington. De lá para cá a regra do jogo não mudou quase nada e o fervor garantidor da liberdade mundial ainda está mais do que presente na justificativa do incremento bélico norte-americano como uma doutrina permanente – de várias paternidades –, ainda capaz de sobreviver por algumas décadas.

Outro aspecto, de proporções continentais e com resultados promissores foi o contexto de impactos político-ideológicos e de liderança bélica promovido pela corrida armamentista entre EUA e a ex-URSS, em fins da Guerra Fria, seriamente contributivos para a derrocada do império soviético. O projeto Guerra nas Estrelas (*Strategic Defense Initiative*), idealizado no período Reagan (1981-1989), consistia em um conjunto de satélites artificiais que deveriam formar um escudo sobre o Ocidente e outras regiões estratégicas do globo sob proteção norte-americana, com o irrestrito apoio da Grã-Bretanha de Thatcher (1979-1990). O projeto foi orçado inicialmente em US\$ 200 bilhões, magnitude que correspondia aproximadamente a 40% do total anual de gastos

bélicos, mas cujos impactos político-orçamentários foram muito menores do que os impactos na distensão internacional que antecederia o fim da Guerra Fria, em 1989.

O projeto, aos poucos, foi perdendo a sua importância político-militar, mas não foi suficientemente capaz de neutralizar a importância da ideologia norte-americana caracterizada pelo *laissez-faire* imposto pelo Pentágono, que liga segurança nacional a gastos militares, independentemente da existência de maioria democrata ou republicana no Capitólio. A indústria bélica norte-americana não é sensível a crises, situa-se acima dos pragmatismos econômicos, aproximando-se cada vez mais dos políticos, mas desde que esses não estejam toldados por lideranças responsáveis por ações que possam limitar o espectro de potência hemisférica dos EUA. Assim, o objetivo nacional a ser alcançado – de potência máxima – e mantido ao longo do tempo independe dos meios a serem utilizados para tanto, sejam econômicos ou políticos.

Para os líderes soviéticos de então o projeto SDI representava a ponta de um iceberg, cujo dimensionamento era difícil de ser conhecido. Por isso e, ainda pelo avanço tecnológico que ele representava, se constituía numa séria conquista bélica sem precedentes e de muita dificuldade de ser neutralizada no equilíbrio bipolar. Dessa forma, as possibilidades de unificação dos dois sistemas econômicos adversos, preconizada nos anos 1960, para os anos 1980, caíam por terra, dando lugar à apenas um, o mais organizado e detentor do aval dos mercados, com a garantia de forças estelares.

Entretanto, a ex-URSS já definha economicamente e a queda continuada do nível de investimento daria a palavra final da submissão tecnológica e bélica frente aos EUA. Entretanto, a conquista da unipolaridade pelos EUA traria consequências políticas inesperadas e, inclusive, no que dizia respeito à dinâmica dos gastos bélicos, a ser alterada pelas derrotas militares no Oriente Médio e norte da África, responsáveis pelo recuo militar norte-americano de espaços anteriormente considerados alvos estratégicos de doutrinas intervencionistas.

A evolução dos gastos militares dos EUA no governo Reagan esteve também ligada a ações

comprometedoras da imagem política norte-americana. A responsabilidade coube dessa feita ao Conselho Nacional de Segurança (CNS) dos EUA por um considerável volume de exportações paralelas de armas e equipamentos para a República Islâmica do Irã – em guerra com o Iraque – e para os guerrilheiros da Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua. As vendas e remessas eram intermediadas por Israel e terroristas libaneses e a quase totalidade dos lucros era destinada ao financiamento dos guerrilheiros sandinistas da Nicarágua. Neste caso, particularmente, e no das Filipinas (1981-1986), a ambigüidade política norte-americana ultrapassava o censo ideológico e favorecia, como antes, abertamente, o complexo industrial militar.

Nas duas próximas décadas a evolução dos gastos militares não esteve ligada ao curso intervencionista, mas sim, à escalada das guerras do Golfo (1990), do Afeganistão (2001) e do Iraque (2003), onde a permanência de tropas norte-americanas nesses espaços tem elevado sensivelmente seus custos militares à magnitude superior a US\$ 500 bilhões. Nesse período a evolução dos gastos bélicos foi de aproximadamente 18,1%, tendo em vista que, em 2007, os gastos alcançaram o montante aproximado de US\$ 650 bilhões, não obstante o desenvolvimento tecnológico, bem como da evolução diplomática levada a cabo pela Secretária de Estado Condoleezza Rice, principalmente no segundo período do governo Bush.

Como se comportarão democratas e republicanos nas próximas décadas diante das exigências de superação da atual crise, bem como diante da imperiosa necessidade de recursos para a manutenção da unipolaridade política? Será necessário forjar uma nova doutrina que possa justificar o atual quadro de intervenções, ou bastaria efetivar medidas de natureza político-estratégica advindas do Congresso com superioridade democrata?

Segundo John McCain, ex-candidato republicano, a saída dos EUA do Iraque deve ser lenta e com sólidas garantias contra novas e possíveis ameaças ao solo norte-americano e à livre circulação petrolífera, devendo ocorrer por volta de 2013. Isto pode significar, na prática, novas elevações dos gastos bélicos motivadoras de imediatas elevações de impostos e, em conseqüência, o fortalecimento

das indústrias bélica e petrolífera, mas com reduzida possibilidade de promoção de efeitos distributivos para a classe média norte-americana, além de efeitos mediatos na estrutura de consumo familiar, que já se acentuam como exorcistas do dinamismo do PIB.

Este quadro, nada menos do que perverso para a sociedade norte-americana pós-Vietnam, parece responsabilizar os republicanos pelas inserções nada pacíficas dos EUA no além-mar, com respaldo da *Doutrina do Destino Manifesto*. Entretanto, em recente posicionamento de campanha, o ex-candidato vitorioso Barack Hussein Obama, democrata, expôs a intenção de retirar os EUA do Iraque e, ao mesmo tempo, a de reforçar os combates aos terroristas no Afeganistão. Torna-se claro que, se materializadas pouco reduziria o curso dos gastos militares, pois provocaria apenas transferência de recursos para outro cenário de combates e, portanto, sem qualquer previsão de encerramento.

Admitindo-se a possibilidade de extensão dos conflitos para o espaço iraniano após a retirada gradual do Afeganistão e do Iraque, teríamos, sem sombra de dúvidas, mais uma falácia da diplomacia norte-americana, uma extensão da ineficaz, inoportuna e de pulverização de recursos da Doutrina Bush. Dessa feita, uma cruzada com poucos aliados, mas de responsabilidades pactuadas entre democratas e republicanos, ainda que, atualmente, em proporções desconhecidas.

Recebido em 04/12/2008

Aprovado em 06/12/2008

**Palavras chaves:** Estados Unidos, política de defesa, petróleo

**Keywords:** United States, national defense, oil

**Resumo:** o artigo trata da política de defesa dos Estados Unidos. Relaciona os gastos públicos com as despesas militares e assim aponta a necessidade de mudança.

**Abstract:** the article discusses the U.S. defense policy. It associates public spending with military expenses and the need to change.